



Observações para o fazer e pensar científico-comunicacional sobre mídias, identidades culturais e cidadania

Observations for scientific-communicational doing and thinking about media, cultural identities, and citizenship

*Rafael Soares Krambeck**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6319-0652>

*Autor correspondente (e-mail: krambeckrs@gmail.com)

Resumo: Neste texto, proponho recuperar e problematizar abordagens teóricas para pensar as relações estabelecidas entre identidades culturais e cidadania no contexto contemporâneo de intensos processos de mediação social, buscando refletir as ações comunicativas dos sujeitos como práticas que renovam os processos contemporâneos de constituição da cidadania no âmbito comunicacional. No decorrer desta reflexão, inicialmente, articulo concepções de Braga (2012), Fausto Neto (2008) e Gomes (2019) sobre as implicações da mediação e digitalização trazidas pela “sociedade da mediação” para os processos sociais contemporâneos. Assim, busco em autores como Maldonado (2011), Cortina (2005) e Martín-Barbero (2014) as contribuições necessárias para transcender a concepção moderna e liberal de cidadania, incorporando dimensões compreensivas e constitutivas para trabalhar com questões como hibridizações, diásporas e miscigenações em processos de comunicação. Por fim, examino potencialidades e complexidades trazidas à tona por perspectivas que incorporam a cultura diante das complexidades sociais e da heterogeneidade da produção simbólica que as culturas apresentam como retorno às novas demandas e táticas de enfrentamento.

Palavras-chave: Comunicação. Processos midiáticos. Mediação. Identidades culturais. Cidadania.

Abstract: In this text, I propose to recover and problematize theoretical approaches in order to think about the relations established between cultural identities and citizenship in the contemporary context of intense social mediatization processes, seeking to reflect the communicative actions of subjects as practices that renew the contemporary processes of citizenship constitution in the communicational scope. In the course of this reflection, I initially articulate conceptions by Braga (2012), Fausto Neto (2008), and Gomes (2019) on the implications of mediatization and digitalization brought out by the “mediatization society” for contemporary social processes. Therefore, I seek in authors such as Maldonado (2011), Cortina (2005), and Martín-Barbero (2014) the necessary contributions to transcend the modern and liberal conception of citizenship, incorporating comprehensive and constitutive dimensions in order to work with issues such as hybridizations, diasporas, and miscegenations in communication processes. Finally, I examine potentialities and complexities brought to light by perspectives that incorporate culture in view of the social complexities and heterogeneity of symbolic production that cultures present as returns to the new demands and tactics of confrontation.

Keywords: Communication. Media processes. Mediatization. Cultural identities. Citizenship.

1. Introdução

O crescente desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, os processos de digitalização e transnacionalização das culturas, entre outras transformações socioculturais, têm sido significativos para percebermos as afetações das vivências e da organização do tecido social contemporâneo.

Se, por um lado, a tecnologia viabiliza ações comunicativas mediatizadas em maior escala, reconfigurando a comunicação massiva, por outro, no espaço social, temos a ingressão experimental de atores sociais nas lógicas midiáticas, e em suas práticas e processos. Sincronicamente, os processos midiáticos apresentam-se patentes, onipresentes e substanciais como uma matriz organizadora do tecido social.

No contexto contemporâneo, o advento da comunicação digital e a disseminação exponencial das lógicas e técnicas de produção de comunicação inauguram novos dinamismos e transformações no domínio das relações dos sujeitos com as mídias e na constituição das identidades culturais. Testemunhamos a emergência de formas inéditas de participação, compartilhamento e geração de produtos culturais, que redesenham os modos como se concretiza a ação social e redefinição da percepção do lugar dos sujeitos envolvidos – de uma recepção apática e acrítica para sujeitos partícipes e constitutivos do processo comunicacional e midiático.

Não obstante, um conjunto de fatores consecutivos e fundantes da estruturação capitalista – hoje, acelerada pelos processos de globalização e digitalização do mundo – vem demonstrando instabilidade, estagnação e mesmo colapso frente aos problemas de ordem econômica, política e social da contemporaneidade. Os Estados perdem força e submetem-se às regras da economia de mercado; os princípios e convicções de partidos e sindicatos tornam-se inaptos à mobilização; e a precarização expande-se para os mais distintos âmbitos da vida cotidiana.

Diante disso, os processos de constituição das identidades culturais e a problemática da cidadania tornam-se ainda mais complexos, trazendo desafios à práxis da pesquisa comunicacional, exigindo reflexões multidimensionais e demandando formulações de perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas capazes de promover o conhecimento profícuo e comprometido com a transformação social.

Neste texto, tenho o objetivo de refletir criticamente e problematizar as correlações entre os processos midiáticos, as identidades culturais e as múltiplas dimensões da noção de cidadania a fim de proporcionar considerações para amplificar o debate da problemática. A partir das considerações sobre mediação (BRAGA, 2012; FAUSTO NETO, 2008; GOMES, 2019), cidadania (CORTINA, 2005; MALDONADO, 2011), identidades (WOODWARD, 2000; DA SILVA, 2000) e hibridação cultural (GARCÍA-CANCLINI, 2013), procuro construir um argumento que parte da observação das mudanças na relação receptores-mídia na chamada “sociedade de mediação” para então considerar e discutir a contemporânea situação das identidades cul-

turais e suas relações com os processos midiáticos e, finalmente, problematizar a cidadania de modo multidimensional e sua vicinalidade com o *ethos* comunicacional vigente.

2. Para pensar a mídia...

No contexto contemporâneo de acentuados fluxos transformadores da paisagem comunicacional/midiática, a problematização profunda das dimensões investigativas elementares na área da comunicação torna-se um desafio que, apesar de complexo, é extremamente motivador e criativo (BONIN, 2016). Fenômenos como a midiaticização e a digitalização trazem consigo um conjunto de consequências que alteram os diversos âmbitos dos processos midiáticos que demandam aos pesquisadores das ciências da comunicação uma reflexão crítica e construtiva dos métodos e procedimentos investigativos, com intuito de manter-se sensível e aparelhado para produzir conhecimentos científicos éticos e transformadores dessa realidade social dinâmica.

Ao contrapor o período denominado como “sociedade dos meios” – caracterizado por uma autonomia relativa das mídias em relação aos outros campos – e a atual ideia de “sociedade de midiaticização”, Antônio Fausto Neto observa que “a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade” (2008, p. 93). Ainda segundo o autor, essa mudança consiste não apenas em transcender a simples ideia da posição central do campo dos *media* na disposição de processos interacionais dos outros campos sociais, mas também evidenciar o atravessamento das lógicas e pressupostos de uma “cultura da mídia” na formação e no funcionamento das práticas, lógicas e códigos sociais.

José Luiz Braga (2012) acrescenta que, neste cenário, os diferentes setores da sociedade estabelecem práticas e reflexões sobre sua influência mútua com outros, experienciando alternativas e ensaiando processos interacionais para integrar-se conforme suas próprias necessidades. Para o autor, com a redefinição da percepção do lugar dos sujeitos envolvidos nos processos comunicacionais e midiáticos, a circulação então é percebida como o âmbito do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação.

[...] indo além das relações diretas entre produtor e receptor, importa o fato de que este último faz seguir adiante as reações ao que recebe. Isso decorre não apenas da presença de novos meios, mas também de que os produtos circulantes da “mídia de massa” são retomados em outros ambientes, que ultrapassam a situação de recepção (o espectador diante da tela) (BRAGA, 2012, p. 39).

Desta forma, a problemática das apropriações midiáticas, originalmente denominada de “recepção”, não pode ser pensada sem distanciar-se das concepções instrumentais, estruturais, funcionalistas, tecnicistas e mercadológicas de que estes sujeitos são meros receptores, consumidores, usuários ou massa do pensamento hegemônico de origem cartesiana e positi-

vista. Essa perspectiva de “receptor” apresenta fortes limitações sociológicas, históricas, semióticas, econômicas, éticas, políticas, psicológicas e antropológicas. Portanto, pensar a práxis investigativa na esfera das apropriações midiáticas exige do pesquisador que ele considere que os “sujeitos comunicantes” produzem sentido de diversas maneiras e, enquanto seres sociais, vivenciam essas práticas em diversas esferas (técnicas, semióticas, psíquicas, sociais) e em múltiplas dimensionalidades (MALDONADO, 2014), apreendendo os sujeitos em comunicação como constitutivos do processo comunicacional enquanto produtores, reprodutores, subversores e/ou organizadores.

Nesse sentido, a midiaticização se constitui enquanto um processo que transcende as fronteiras midiáticas, complexificando as práticas de apropriação comunicativa dos sujeitos que potencialmente recorrem a um encadeamento de apropriações, reelaborações e ressignificações que acionam produções de sentido na dinâmica processual comunicativa e em suas práticas sociais através da concretude contextual em que vivem. Por outro lado, os processos de digitalização da comunicação e os atravessamentos dos processos, regras e regularidades da indústria cultural no cotidiano social e dos usos por parte dos atores de tecnologias de mídia são fundantes para uma ruptura de caráter renovador das estruturas dos processos comunicacionais e midiáticos.

Hoje, o desdobramento e a popularização das tecnologias de mídias digitais –sobretudo a internet – fundam alternativas estimulantes às habituais apropriações midiáticas. Moglen (2012) compreende que os processos comunicacionais/midiáticos digitalizados realocam os sujeitos em posições, paulatinamente motivadoras da participação, da criação e do compartilhamento cultural e comunicacional, e oportunizam cenários e contingências criativas para o exercício de práticas potencializadoras da construção de cidadania no campo comunicacional.

Para o autor, embora as limitações, sejam materiais e/ou simbólicas, não tenham sido transcendidas democraticamente, a internet favoreceu o alargamento da concepção do direito à informação e à comunicação enquanto necessidade de perene social e política e facilitou – mesmo que a pequenos passos, em constante enfrentamento de poderes hegemônicos – a transgressão de confidencialidade de informações, seja essa reserva baseada em direitos autorais ou de ordem econômica e/ou política.

No entanto, Moglen (2012) ressalta que a sociedade contemporânea, que serve de cenário para estas mudanças, não está imune aos atravessamentos de interesses econômicos, políticos e sociais. Factualmente, possibilidades de emancipação popular e acesso ao conhecimento são fatores intimidatórios às políticas de controle e subjugação operacionalizadas por diversas ordens de dominação e autoritarismos. Portanto, na perspectiva da cidadania, devemos considerar possíveis condições exigidas por plataformas e investidas de espionagem, e, conseqüentemente, controle, provenientes de ordens hegemônicas que gozam da propriedade de recursos para coibir e reprimir a formação de sujeitos emancipados, comunicantes e cidadãos.

Mattelart e Vitalis (2015) reforçam a ideia de que vivemos em um mundo vigiado no qual

as tecnologias digitais de informação e comunicação fomentam o controle e a espionagem constante. Os autores fundamentam-se em dados investigativos para explicitar as políticas de dominação dos governos estadunidenses impostas através de legislações e dispositivos legais, mas também por incentivo de agentes privados.

Ao debruçar o debate em torno da produção do conhecimento na área das Ciências da Comunicação, Gomes (2019) alerta que o pesquisador deve ser capaz de recuperar os processos midiáticos, com suas relações e conexões, na instauração do fenômeno da midiatização. A exigência premente consiste na transcendência dos microfenômenos, em direção aos macrofenômenos, para intensificar a busca sistêmica da interconexão do todo:

os dispositivos tecnológicos são apenas uma mínima parcela, a ponta do iceberg, de um novo mundo, configurado pelo processo de midiatização da sociedade. Estamos vivendo uma mudança epocal, com a criação de um bios que incide profundamente no tecido social. Surge uma nova ecologia comunicacional. É um bios virtual. Mais do que uma tecnointeração, está surgindo um novo modo de ser no mundo, representado pela midiatização da sociedade (GOMES, 2019, p. 140).

3. Para pensar a cidadania...

Mesmo que a internet venha se tornando um elemento impulsor e fundante em processos de participação engajada, ética e cidadã dos indivíduos nos processos comunicacionais contemporâneos, não podemos desconsiderar que uma série de fatores e condições econômicas e sociais – como o aprofundamento das desigualdades, a precarização das relações trabalhistas, a apropriação da esfera pública pelo sistema mercantilista, o estreitamento da liberdade individual, a preponderância da lógica do capital e dos mecanismos de mercado (DOWBOR, 2020) – conduz a sociedade civil em direção a verdadeiros abismos.

Na perspectiva de Martín-Barbero, isso seria um reflexo da

perversão de ter a economia – travestida de ciência pura e exata – atuando como única e inapelável protagonista. Suplantando a economia política, a macroeconomia não só relegou a política a um lugar subalterno na tomada de decisões, mas também contribuiu enormemente em nossos países para o esvaziamento simbólico da política, isto é, a perda de sua capacidade de nos convocar e nos fazer sentir unidos (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 17).

O autor argumenta que o fato de a macroeconomia ter subjugado as dimensões do político resulta no que ele vai chamar de “divórcio crescente entre Estado e sociedade”. Dowbor reforça ao afirmar que “qualquer governo eleito precisar responder mais às exigências dos chamados mercados do aos compromissos com a cidadania” (2020, p. 183). Em um cenário como este, restam duas alternativas: despencar absorto no vórtice do capitalismo desumano e explorador ou assumir o compromisso com um “processo de alfabetização política” (MALDONADO, 2011).

Nesse processo de alfabetização, não devemos desconsiderar o potencial aberto pela comunicação digital; contudo, devemos ressaltar que subversões de origens populares têm uma relação íntima com o fracasso do sistema do fundamentalismo capitalista, o ceticismo no tocante à democracia liberal representativa e uma verdadeira mudança na mentalidade das pessoas sobre a imprescindibilidade de uma reforma política que pretenda modelos mais participativos. Além do mais, o encadeamento de crises financeiras e de graves abalos na legitimidade da representação política leva a uma tomada de consciência da convivência entre hegemonias sociais, políticas e econômicas, e da consequente configuração sistêmica e estrutural dos problemas e dificuldades sociais.

Segundo Maldonado (2011), para que possamos reconstruir o conceito de cidadania, precisamos, inicialmente, transcender a concepção moderna, burguesa e liberal de cidadania. Diante da complexidade social contemporânea, restringir a noção aos seus aspectos jurídicos/políticos, algo como o “direito a ter direitos”, demonstra-se insuficiente, limitado e redutor. Conforme o autor, é necessário incorporar às dimensões compreensivas e constitutivas a categoria de cultura, de modo a aperfeiçoar a noção, uma vez que “a questão é, se viver em comum de modos construtivos, gratificantes, produtivos e solidários remete à cidadania (como a pesquisa em ciência sociais, políticas e culturais mostra), significa que produzimos uma ampliação importante do conceito” (MALDONADO, 2011, p. 3). Essa concepção a partir de perspectivas modernas e capitalistas teve importância no momento de superação dos regimes absolutistas, no entanto, a lógica mecanicista do pensamento liberal resulta no capitalismo perverso. Então, o autor defende que articular a categoria de cultura nas problemáticas de cidadania é um caminho profícuo à problematização de hibridações, diásporas, miscigenações e diversas formas de trabalhar a questão da cidadania nos processos comunicacionais.

Se, por um lado, a velocidade e impetuosidade das mudanças trazidas no bojo da globalização, da digitalização e do capitalismo selvagem amplificam o processo tirano das lógicas de mercado, massificam as culturas e acentuam ainda mais a pobreza extrema e as desigualdades sociais entre classes, países e culturas; por outro lado, o tal colapso sistêmico que impede que os Estados supram as necessidades sociais também impulsiona a imaginação social e criatividade expressiva dos coletivos, que buscam nas suas riquezas – históricas, culturais, cosmológicas, ecológicas, sociológicas, naturais, ancestrais – táticas e estratégias de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Em sua construção de uma “teoria da cidadania”, Adela Cortina (2005) corrobora com a perspectiva de que as mudanças sociais, políticas e econômicas experimentadas nas sociedades contemporâneas exigem novos horizontes para a concepção de cidadania hoje. Nessa compreensão de cidadania projetada no texto de Cortina, é imprescindível vislumbrar âmbitos individuais dos sujeitos percebidos através de suas diferenças de distintas ordens – culturais, sociais, econômicas, políticas, psicológicas, entre outras – e âmbitos sociais de suas alteridades e interações em comunidade.

Contudo, há de se ponderar que são diferentes os momentos e fatores através dos quais a noção é evocada. Logo, ao longo do tempo, bases e antecedentes das mais atuais noções de cidadania são atravessados por múltiplos contextos, e, na medida em que são encadeadas reelaborações e ressignificações, o conceito se (re)constrói de maneiras complexas com o objetivo de expandir-se além dos campos legal e político para agregar aspectos civis, sociais, culturais, comunicacionais, educacionais etc.

Portanto, segundo a autora, a cidadania é

um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença. Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias da democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios de nosso tempo. Por que uma teoria como essa poderia oferecer melhores argumentos para sustentar e fortalecer uma democracia pós-liberal também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença (CORTINA, 2005, p. 27-28).

Ou seja, a igualdade de todos os cidadãos em dignidade é irrenunciável, entretanto, não serve apenas a ética fria da justiça; são necessários o sentido e a felicidade de ser reconhecido dentro de uma comunidade. O sujeito tem a necessidade de identificar-se no tecido social como um membro motivado a integrar-se ao todo, com a consciência da sua importância no contexto do desenvolvimento comunitário. A dimensão do pertencimento transcende os fatos individuais e aponta para os aspectos coletivos, a construção social coletiva a partir do processo de construção do *ethos* comunitário e o ideal de felicidade.

Então, pensar as identidades sociais na sociedade contemporânea não pode ser feito de modo limitado e redutor, pois um mesmo sujeito incorpora diferentes elementos identitários – temos uma nacionalidade, um gênero, uma sexualidade, uma etnia etc. – aos quais depreende mais ou menos, conforme suas experiências e suas concepções. Mas mais importante ainda, Cortina (2005) nos fala sobre o convívio – e potencial conflito – entre diversas comunidades culturais e propõe o interculturalismo como um projeto ético e político que anteponha a igualdade de dignidade para além das dimensões políticas e jurídicas. Assim, teríamos a possibilidade de desenvolver uma cidadania intercultural que reconhecesse e respeitasse as alteridades.

4. Para pensar as identidades culturais...

Tendo em vista a indispensabilidade de incorporarmos a questão das identidades culturais (CORTINA, 2005) e a categoria de cultura (MALDONADO, 2011) na reflexão e no desenvolvimento da concepção de cidadania e sua articulação com o interculturalismo, é cons-

trutivo trazermos à discussão a inevitável e íntima relação de complementariedade estabelecida entre os conceitos de identidade e diferença. Ao iniciar a discussão sobre esses temas, Kathryn Woodward (2000) traz o seguinte relato como um exemplo profícuo de “história sobre identidades”: “Olha, a coisa é assim. Aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Eles pensam que são europeus finos e tudo o mais. Vou lhe dizer uma coisa. Somos todos lixo dos Bálcãs” (IGNATIEFF, 1994 apud WOODWARD, 2000, p. 8).

O processo da análise sobre a historietta se desenvolve no sentido de evidenciar que, ao afirmar “Aqueles croatas pensam que são melhores que nós”, há uma asserção de certa diferença entre aquele que fala e “croatas”; porém, no trecho seguinte, “Somos todos lixo dos Bálcãs”, contraria-se tal afirmativa, pressupondo uma semelhança entre eles.

Num primeiro momento, parece simples pensar em uma identidade como “aquilo que sou”, contudo, como pode ser percebido no exemplo citado, a identidade daquele que fala é construída enquanto um “não croata”, e não como sérvio. No entanto, mesmo diferentes, em relação aos “europeus finos”, croatas e sérvios são “todos lixo dos Bálcãs”.

Neste ponto, emergem dois elementos constitutivos da ideia de identidades que devem ser observados atentamente: 1) identidade é algo relacional; 2) identidade e diferença têm uma relação de estreita dependência (WOODWARD, 2000; DA SILVA, 2000). Ou seja, uma afirmação como “sou brasileiro” não se esgota em si mesma, não se trata de uma entidade autossuficiente que remete a si própria; pelo contrário, tal afirmativa evoca de maneira oculta uma série de negações da diferença no sentido “não sou argentino”, “não sou japonês” e assim por diante, de modo que “aquilo que sou” constitui-se em relação a “aquilo que não sou”; portanto, a identidade está amarrada à diferença, e vice versa – não enquanto um binarismo polarizado, mas mais próximo a uma configuração complexa enredada.

Neste sentido, García-Canclini traz um interessante argumento de que “a história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência” (2013, p. XXIII). Em outras palavras, o autor esclarece que, ao contrário do que pretendem discursos essencialistas, as culturas e identidades são estabelecidas historicamente, encontrando-se “vivas” e em perene (re)construção e movimento.

Com essa ideia de identidade estabelecida historicamente, Martín-Barbero (2014) colabora ao estabelecer a noção de “identidade narrativa”, ou seja, uma identidade constituída através do ato narrativo, em outras palavras, no processo e na prática de narrar-se aos outros. Isso quer dizer que ao contar histórias somos reconhecidos pelos outros, uma vez que a linguagem não é só expressiva, mas também constitutiva do que somos, tanto individual quanto coletivamente. Neste sentido, poderíamos recorrer também à teoria da performatividade das identidades, que considera que um ato performativo é a prática discursiva que produz aquilo que nomeia (BUTLER, 2000), ou seja, a linguagem funciona não apenas como descrição da realidade, mas, principalmente, como produtora de realidades.

Este argumento sobre o desenvolvimento histórico das culturas e das identidades é apenas um subsídio para que García-Canclini possa desenvolver a problematização da noção

de “culturas híbridas”. Segundo o autor, a hibridação cultural pode ser definida como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (GARCÍA-CANCLINI, 2013, p. XIX). Em outros termos, consiste no processo de negociação e resolução de conflitos culturais gerados pela “criatividade individual e coletiva”.

Tais reflexões sobre a atual circunstância das sociedades contemporâneas são substanciais para pensarmos a problemática da constituição das culturas e identidades a partir de suas dinâmicas interculturais, trocas, transações, movimentos de articulações, influências e conjugações. Contudo, seria ingênuo pensar esses processos de maneira desconectada de jogos de poder, embates e contradições comuns em ambiências multiculturais, sendo a hibridação uma alternativa a processos mais violentos como os chamados epistemicídios do longo século XVI (GROSGUÉL, 2016).

Vários são os fatores que podem ser relacionados a estes processos, sendo a globalização e a digitalização da cultura os principais. Certamente, os processos comunicacionais e midiáticos desempenham um importante papel na hibridação cultural, contudo, são diversas as instituições e os agentes que entrelaçam uma rede que opera em múltiplas dimensões. Portanto, a ação dos modelos comerciais burgueses de concentração dos bens, sistemas e tecnologias midiáticas não deve ser pensada de modo vertical.

Retomando a perspectiva de cidadania, a possibilidade de sintonizarmos os processos de hibridação cultural – considerando sua potencialidade de organizar, desorganizar e reorganizar repertórios, coleções e rituais – ao fazer político engajado, estratégico e criativo pode representar um viés suscitador de potencialidades para a construção ética e cidadã da vida cotidiana de dinâmicas sociais, culturais e econômicas que reconheçam a complexidade e a riqueza da diversidade cultural e da convivência multicultural.

O papel desempenhado pelas mídias hegemônicas em relação às estruturas e aos enquadramentos culturais, especialmente nos processos de reflexão, organização e participação política de maneira pensada, tem relação direta com o debate sobre modelos mais democráticos e participativos de organização social, econômica e política. Mas tal discussão certamente não interessa aos setores e ideologias dominantes.

Martín-Barbero (2014) comenta que, no contexto latino-americano, frente a uma sociedade estruturalmente fraturada, comunidades de distintas ordens têm se tornado domínios fundamentais de ressignificação do sentido das coletividades, de reelaborações identitárias, de aperfeiçoamento dos usos de suas heranças, de sua transmutação em lugares de interações construtivas entre o local e o global. Maldonado (2011) chama atenção que, também no contexto continental, houve uma certa politização – mesmo que bastante embrionária – de alguns grupos excluídos do conjunto hegemônico da sociedade, que estes sujeitos marginais aprenderam a usar a democracia liberal a seu favor e em favor da sociedade como um todo.

Apesar de ser incipiente, há pouco tempo, esse conhecimento era muito restrito aos militantes partidários e às classes hegemônicas do poder político. Mas o mais relevante nesse processo é que as pessoas começaram a tomar consciência e a defender seus direitos identitá-

rios – classe, etnia, gênero, faixa etária, condições biológicas, opções religiosas e diversidade de pensamento. Em outras palavras, os “outros”, os “exóticos”, os “incivilizados” da epistemologia e racionalidade capitalista, patriarcal, ocidental e moderna do sujeito universal criam possibilidades de uma cidadania complexa, “aprendendo a jogar de melhor forma nos enquadramentos democrático representativos; ao mesmo tempo aprendendo a fazer política em outros modelos, estratégias e alternativas” (MALDONADO, 2011, p. 2).

Cabe ressaltar que na América Latina, com exceção de Cuba, os grandes veículos de comunicação estão em poder de poucas e endinheiradas famílias, e esses modelos têm sido naturalizados como modelos adequados à liberdade de comunicação e informação; no entanto, oferecem uma programação baseada em entretenimento mercadológico e informação restrita (MALDONADO, 2011). Tendo em vista o papel configurador da mídia nos processos de visibilização (ou não) de culturas e identidades, deve existir esse reconhecimento e respeito às diferenças, de modo a contribuir para a construção da cidadania. Todavia, no cotidiano das programações midiáticas, a atenção está deslocada para consumo comercial dos seus produtos, em proveito de suas empresas e dos negócios das elites.

Contudo, não se quer aqui contrastar “o elevado âmbito da cultura ao espaço mundano e mercantil da comunicação”, visto que a observação e a reflexão da sociedade através de perspectivas maniqueístas são redutoras e limitantes das complexidades sociais e da heterogeneidade da produção simbólica que as culturas apresentam como retorno às novas demandas e táticas de embate às lógicas da indústria cultural; também é preciso pensar que a própria produção do sentido social e de suas apropriações implica a intervenção da política na comunicação e na cultura (MARTÍN-BARBERO, 2014).

5. Considerações finais

O crescente desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação e os processos de digitalização, entre outras transformações presentes na sociedade contemporânea, exigem que o pesquisador em comunicação explore e experimente, tanto na dimensão teórica quanto na empírica, de maneira responsável. Os processos midiáticos, com suas relações, interconexões, conexões e inter-relações, tornam imperioso educar os olhos para ver além das aparências e se concentrar na busca das especificidades multidimensionais dos objetos comunicacionais.

A situação atual não mais permite uma contemplação externa aos processos midiáticos. Muito pelo contrário, o pesquisador que objetiva interpretar o momento presente das apropriações midiáticas deve deixar-se tocar e desafiar pelos contextos concretos observados e, assim, sensibilizar-se a incorporar as dimensões epistêmicas, teóricas e metodológicas que emergem do próprio objeto.

Não obstante, a partir do reconhecimento do papel constitutivo da comunicação nas dinâmicas multidimensionais das culturas e na problemática da cidadania, a produção de

conhecimento em ciências da comunicação deve estar a serviço das sociedades, comprometida com o desenvolvimento civilizatório e movimentos democráticos e democratizadores do espaço público em seus mais diversos aspectos sociais, econômicos, jurídicos, políticos e educacionais; uma vez que, para alcançarmos uma sociedade justa e plural, passamos pela necessidade de gerar modelos políticos e econômicos que favoreçam a plenitude da cidadania, a segurança das identidades, a dignidade dos seres humanos e a alteridade sadia entre culturas.

Contudo, inevitavelmente, para que possamos evoluir enquanto civilização ética e cidadã comprometida com todos e todas, se torna obrigatória uma transcendência do modelo capitalista burguês selvagem, e isso só se tornará possível com o rompimento e a subversão do sistema estruturante das desigualdades sociais que beneficia um pequeno grupo hegemônico. Trata-se de um objetivo de proporções titânicas, porém, cada movimento, por menor que seja, nessa direção, já favorece.

Referências

BONIN, Jiani Adriana. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder.; JACKS, Nilda (Org.) **Mediação & Mdiatização**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-52.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. 1. ed. São Paulo: Edições SESC, 2020.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

GOMES, Pedro Gilberto. Como o processo de midiatização (um novo modo de ser no mundo) afeta as relações sociais? In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antônio; GOMES, Pedro Gilberto (Org.). **10 Perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2019. p. 131-143.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. **Anais do XX Encontro da Compós**, GT Comunicação e Cidadania, UFRGS, Porto Alegre, p. 14-17, 2011.

MALDONADO Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. 1 ed. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 17-40.

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Diversidade em convergência. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15-33, jul./dez. 2014.

MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. In: LAGO, Silvia (Org.). **Ciberespacio y resistencias: exploraciones en la cultura digital**. 1. ed. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012. p. 69-81.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 15/03/2022
Aprovado em: 19/04/2022